

A EDUCAÇÃO E O AVANÇA, BRASIL

CORREIO BRASILEIRO
16 SET 1999

Antonio Ibañez Ruiz

Para um governo que estivesse começando e, portanto, sem poder levar em conta seus antecedentes políticos e administrativos, seria alvissareiro ouvir as propostas na área de educação, colocadas recentemente pelo presidente da República, durante a apresentação do Avança, Brasil. As propostas de colocar todas as crianças na escola, acabar com o trabalho infantil, investir no ensino médio, entre outras, seriam excelentes se não conhecêssemos o que está acontecendo na educação do país. Senão vejamos:

1. A lei que regulamenta a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental de Valorização do Magistério (Fundef), de autoria do próprio Executivo federal, já deixou de ser cumprida duas vezes consecutivas pelo governo ao não reajustar de R\$ 315 para R\$ 430 o valor custo/aluno, conforme a expectativa da arrecadação, segundo essa mesma lei. É evidente que o aumento do custo aluno/ano significa mais recursos para municípios

e estados para investimento e melhores salários para os professores. Tudo isso foi preterido por alguma outra prioridade, quicá o pagamento de juros da dívida externa ou a ajuda financeira a bancos.

2. Isso só não é mais absurdo porque o dinheiro que serve para complementar os estados é retirado de uma outra fonte que também financia o ensino fundamental: o Salário Educação. Hoje, os

estados cujo valor custo/aluno/ano é inferior a R\$ 315 são complementados pela União com recursos do Salário Educação.

3. O relatório do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de 1999, mostra que os índices de reprovação e evasão das crianças brasileiras estão entre os maiores do mundo (só quinze países estão acima dos índices brasileiros). Para enfrentar essa situação o MEC não realizou o menor esforço de coordenar uma política educacional conduzida pelo governo federal e implementada por estados e municípios, de combate à reprovação, à evasão e à defasagem série/idade.

4. Em 1997 o MEC lançou a campanha Toda Criança na Escola. Louvável, antes tarde do que nunca! O que as pessoas se perguntavam à época era por que essa campanha não tinha começado em 1995, junto com o governo FHC. Alguns estados deram exemplo de que quando existe uma política definida ela pode e deve ser implementada desde o início.

O que o MEC não percebeu é que não adianta aumentar a cobertura de matrícula para o ensino fundamental se não se promovem mudanças profundas na escola, para garantir a permanência das crianças nela. Em caso contrário, corre-se o risco de esse aumento de cobertura se traduzir em aumento de reprovação ou de evasão.

5. O governo foi alertado, durante a discussão da criação do Fundef, sobre os graves proble-

mas que afetariam os outros níveis de ensino (infantil e médio). Hoje, pela primeira vez em muitos e muitos anos a educação infantil teve diminuição no número de matrículas, reflexo da redução de investimentos de estados e municípios nesse nível de ensino.

6. As dificuldades com o ensino médio não são menores. É conhecida a situação de caos que os estados enfrentam pela falta de vagas nas escolas públicas que ofertam esse ensino. Acontece que o crescimento da demanda do ensino médio, tão propagandeado pelo MEC, não começou nem neste ano nem no ano passado; essa tendência já era conhecida em 1995, e nenhuma medida foi tomada.

As mudanças profundas introduzidas no ensino médio, sem entrar na análise do seu mérito, só terão sucesso se houver capacitação intensa dos professores.

Porém as mudanças já estão sendo introduzidas sem ainda ter-se iniciado o processo de capacitação e sem saber quando virá o dinheiro para executá-lo, e se ele virá.

7. É de conhecimento público que faltam professores para o ensino médio em diversas áreas (principalmente de física, química, matemática e biologia) e em vários estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Ceará, entre outros (265 mil professores segundo a proposta do Plano Nacional de Educação da sociedade brasileira). Até agora o MEC não se pronunciou sobre qualquer proposta ou ação plane-

jada para eliminar tal carência.

8. Durante quatro anos o governo disse que estava discutindo o projeto de Autonomia das Universidades públicas. A reação de toda a comunidade e de parlamentares da própria base governista ao projeto apresentado em agosto foi tão negativa em relação ao mérito, que a matéria nem chegou a ser enviada ao Congresso. Na realidade, o projeto parece ser mais um ajuste fiscal para as universidades do que um projeto de autonomia.

Ultimamente, o governo federal e parte de seus apoiadores acusam, a todos aqueles que lhe fazem qualquer crítica, de falta de propostas, numa tentativa de desqualificar as oposições. Prevenido contra esse tipo de questionamento, lembro aqui a proposta de Plano Nacional de Educação, elaborado por centenas de entidades educacionais, já tramitando no Congresso Nacional, apresentado e defendido pelas oposições. Com o mesmo objetivo lembro a emenda constitucional preparada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) para a criação do Fundo de Valorização da Educação Básica (Fundeb), que visa ampliar e melhorar o Fundef.

Assim, com esses antecedentes, hoje é difícil acreditar que, dada a falta de vontade política demonstrada para mudar o rumo de sua administração e de suas prioridades, o Avança, Brasil ainda possa se tornar realidade.

■ Antônio Ibañez Ruiz, ex-reitor da Universidade de Brasília e ex-secretário de Educação do DF, é professor de Engenharia Mecânica da UnB